

ENTREVISTA – LAURA DE MELLO E SOUZA

A História como desafio ou a aventura da curiosidade

Entrevistada:

Em 1988, ao redigir uma resenha para a *Estudos Históricas*, o historiador Ronaldo Vainfas inseriu a publicação de *O Diabo e a Terra de Santa Cruz* em “um lugar especial [na] produção historiográfica brasileira” (VAINFAS, 1988, p. 167). Destacou, assim, o pioneirismo da obra – interessada em analisar o cotidiano e a religiosidade no Brasil em tempos de Império português –, inserindo-a no campo da História das Mentalidades e sublinhando a capacidade da autora em desvendar “o mundo mágico da vida diária colonial em variadas regiões” (VAINFAS, 1988, p. 169).

Laura de Mello e Souza é, sem dúvidas, uma das grandes referências da historiografia no Brasil, com reconhecimento dentro e fora do país. Fez carreira como professora e pesquisadora na Universidade de São Paulo, mesma instituição em que se formou, da Graduação ao Doutorado. Após aposentar-se da USP, assumiu mais recentemente a Cátedra de História do Brasil na *Lettres Sorbonne Université*, na França, onde atualmente leciona e orienta pesquisadores. Conviveu, desde a tenra infância, com intelectuais que frequentavam sua residência. Certamente, o contato com grandes pensadores e a influência familiar criaram um ambiente mais do que propício para que desenvolvesse o gosto pela leitura, pelos estudos, pela História, que soube aproveitar muito bem – mesmo caminho, aliás, seguido por sua irmã Marina de Mello e Souza, que também dispensa apresentações.

Nos anos 80, Laura fez parte do grupo responsável por divulgar os estudos da História Cultural no país, ao lado de pesquisadores como Leila Algranti, Luiz Mott e Ronaldo Vainfas, nosso outro (não à toa) entrevistado. Autores que, como bem sublinhou a historiadora na presente entrevista, estavam “ainda meio inebriados pelos ventos libertários de 1968, da revolução sexual, do fascínio pela transgressão”. Sua obra, *O Diabo e a Terra de Santa Cruz*, publicado em 1986, inserido nessa conjuntura, rapidamente foi alçado à condição de obra clássica, leitura indispensável aos que se interessavam pela história das religiosidades e das sociabilidades. Serviu e ainda serve de inspiração a muitos historiadores. *Inferno Atlântico* (1993), de certo modo um aprofundamento do *Diabo*, também virou referência, assim como os estudos que desenvolveu antes e depois destas obras sobre o cotidiano na região das Minas (*Opulência e Miséria nas Minas Gerais*, *Desclassificados do Ouro* e *Norma e Conflito*

são os principais exemplos). Cabe destacar igualmente as suas reflexões acerca do Brasil a partir do Império português (*O Sol e a Sombra*), ou o perfil biográfico de outro “mineiro” ilustre, Cláudio Manoel da Costa, além de tantos outros trabalhos que dão conta de uma pesquisadora em constante esforço de reinvenção, movida por um olhar atento e um refinamento de pesquisa e escrita fabulosos.

Quando consideramos a possibilidade de convidá-la para integrar o dossiê *Religiosidades e Intolerâncias: reflexões e problemáticas do Mundo Moderno à Contemporaneidade*, imaginávamos essencialmente que a conversa percorreria apenas o universo das reflexões propostas pelos organizadores. Para a nossa agradável surpresa – e para os que se interessarem pela entrevista –, não apenas o dossiê foi contemplado pelas respostas da nossa entrevistada. Nesta entrevista, que gentilmente concedeu à *Escritas do Tempo*, a historiadora fala de sua formação e das influências que teve, da sua percepção sobre a historiografia brasileira, sobre como o Brasil é visto de fora, de seu gosto “por mudar” e pelas aventuras intelectuais. Assim, a presente entrevista consiste não somente em um testemunho pessoal de uma das principais historiadoras brasileiras, mas, também, em uma verdadeira aula para os interessados na compreensão do ofício do historiador, ainda mais em tempos de negação do conhecimento histórico. E, diante dessas breves considerações, se Ronaldo Vainfas considerava o *Diabo* como um “marco de referência da historiografia brasileira”, passadas três décadas dessa afirmação, acreditamos não ser um exagero estendê-la para a trajetória de Laura de Mello e Souza.

Marabá, 2020.

Entrevistadores:**Marcus Vinicius Reis¹** — Revista Escritas do Tempo

É Professor Adjunto na Faculdade de História da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará/UNIFESSPA. Doutor em História pelo Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Federal de Minas Gerais. Possui Mestrado pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ/FFP). Possui Graduação (Licenciatura e Bacharelado) em História pela Universidade Federal de Viçosa (2011). É Editor da Revista Escritas do Tempo, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em História da UNIFESSPA.

Angelo Adriano Faria de Assis² — Revista Escritas do Tempo

Possui graduação (Licenciatura e Bacharelado) em História pela Universidade Federal Fluminense (1995), mestrado em História pela Universidade Federal Fluminense (1998), doutorado em História pela Universidade Federal Fluminense (2004) e Pós-doutorado pela Universidade de Lisboa (2011) e pela Universidade de Évora (2011). Atualmente é Professor Associado III da Universidade Federal de Viçosa, onde atua na Graduação em História e como Professor Permanente nos Programas de Pós-Graduação do Mestrado Acadêmico em Letras e do Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania. É pesquisador da Cátedra de Estudos Sefarditas "Alberto Benveniste" da Universidade de Lisboa.

Escritas do Tempo: Em um primeiro momento, havíamos pensado em sugerir uma reflexão sobre os principais impactos que a sua obra, *O Diabo e a Terra de Santa Cruz*, possui após as três décadas da sua primeira edição. No entanto, optamos por inverter a lógica, muito por conta do nosso outro entrevistado, o historiador Ronaldo Vainfas. Assim, gostaríamos que falasse sobre os possíveis impactos e importância adquiridas pelo *Trópico dos Pecados* para os estudos sobre a moralidade e religiosidade no Brasil-Colônia.

Laura de Mello e Souza: Falar de *Trópico dos Pecados* é quase como falar de meus trabalhos, tão próximos estão eles naquela década. Depois de 1995 eles se separaram bastante, Ronaldo continuou fiel a suas orientações e eu segui outros caminhos. Mas

¹ Docente da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa). Doutor em História pela UFMG. Editor da Revista Escritas do Tempo.

² Docente da Universidade Federal de Viçosa (UFV). Doutor em História pela UFF.

vou tentar ser objetiva. É um livro bonito, inteligente e importante, marcado pela descoberta que fazíamos das fontes inquisitoriais e das possibilidades que traziam à narrativa histórica. É um ponto de referência na história das mentalidades à moda brasileira, entre alguns de nós, como Ronaldo, já em transição para uma história mais problemática e marcada pela história social que formou quase toda a nossa geração. Sente-se a presença de Gilberto Freyre, obviamente, mas numa perspectiva moderna e atenta às releituras que então se faziam do escravismo. Há ali igualmente a presença dos Annales da primeira geração, mas somada a uma perspectiva que não ignora as contradições, a luta social e a sombra trágica e onipresente da violência. Acho que muitos de nós, e Ronaldo e eu não fugíamos à regra, estávamos ainda meio inebriados pelos ventos libertários de 1968, da revolução sexual, do fascínio pela transgressão, e exageramos às vezes na crueza das descrições detalhadas fornecidas pelos documentos do Santo Ofício. Hoje eu omitiria várias passagens que transcrevi, e acho que ele poderia igualmente tê-las esmaecido no Trópico.... Mas, tudo vale à pena quando a alma não é pequena, como disse Fernando Pessoa, e vivam aqueles tempos de rebeldia e descompressão após o período mais tenebroso da ditadura militar. *Trópico dos Pecados* teve um impacto enorme e gerou uma prole numerosa e espalhada por todo o território nacional. Foi-me dada a honra e a alegria de fazer o Prefácio à segunda edição do livro, e ali detive-me com vagar sobre esses aspectos, e outros mais. Só queria repetir o escrito no parágrafo final: *Trópico...* já traz a beleza e a maestria das obras posteriores – todas elas - e revela o espírito rebelde e criativo de seu autor – que o livro de estreia, *Ideologia e Escravidão*, ainda encobria -, incitando-nos a sermos todos pecadores perfeitos – como dito por José de Anchieta -, tendo orgulho de nossos defeitos mas, pelo sim pelo não, procurando guardar o amor a Deus...

Escritas do Tempo: A temática que sustenta o mais novo dossiê da Escritas do Tempo diz respeito à problemática envolvendo a tolerância e intolerância religiosas. Nosso intuito consiste em reunir trabalhos que reflitam não apenas sobre os mais recentes episódios em que ambas as categorias estão presentes, mas, também, acerca do período em que uma instituição esteve inserida no cerne dos debates envolvendo a religião e a religiosidade: o Tribunal do Santo Ofício. Aliás, é bastante comum ler e ouvir que os episódios envolvendo o estabelecimento da Inquisição representaram uma ruptura na tolerância vivida entre os diversos povos na Península Ibérica. Nesse sentido, é válido

compreendermos a Inquisição a partir da intolerância como uma chave de leitura? Em que medida é possível falarmos em tolerância na Época Moderna?

Laura de Mello e Souza: Difícil responder à questão... Tolerância e intolerância são duas faces da mesma moeda, e a Época Moderna não foge à regra. O que talvez tenha acirrado a questão é o fato de ter-se generalizado a concentração do poder monárquico e as monarquias, em graus diferentes de intensidade, amplificarem a intolerância. A Inglaterra usou a intolerância contra católicos para fortalecer o Estado. Espanha e Portugal usaram a política de intolerância contra protestantes, mas sobretudo contra conversos e, a seguir, franco-maçons, para fortalecer o Estado, mesmo se indiretamente, e manipulando a Inquisição, ou valendo-se dela, conforme a conjuntura. A França usou a política de concórdia, ensaiada pelos últimos Valois e implementada por Henrique IV – tolerância, pelo menos em tese – para fortalecer o Estado. Mas só isso não explica. O povo mergulhou fundo na guerra religiosa, como se vê nos relatos horripilantes de explosões de violência tanto contra católicos quanto contra protestantes. Massacres como os de São Bartolomeu na França não ocorreriam sem o profundo enraizamento popular. Na mesma época, o povo clamava por tolerância, como estudado no belo livro de Stuart Schwartz, *Cada um na sua lei*, ou no clássico de Carlo Ginzburg, *O queijo e os vermes*. Temos até a versão luso-brasileira em Pedro de Rattes Hennequim, estudado por Plínio Freire Gomes em *Um herege vai ao Paraíso*. Hennequim desafiava com ódio e uma coragem suicida o Tribunal do Santo Ofício para afirmar sua heterodoxia delirante no início do século XVIII. O livro extraordinário da historiadora australiana Inga Clendinnen, que me marcou profundamente, é uma lição das contradições entre tolerância e intolerância: *Ambivalent Conquests – Maya and Spaniards in Yucatan, 1517-1570*. Diego de Landa foi um carrasco no Yucatán, e sendo homem profundamente culto e afeito a questões de linguística, destruiu preciosidades como códices maias. Tantas fez que a monarquia espanhola o removeu da Nova Espanha e criou um tribunal específico para tratar com maior moderação e racionalidade as questões atinentes à heresia: a Inquisição em terras mexicanas, por incrível que possa parecer. Arrependido, Landa, que era um humanista, escreveu a extraordinária *Relación de las cosas de Yucatán* (1566), viu-se absolvido por um tribunal eclesiástico e escolhido como bispo do Yucatán. Sua vida, atuação e obra são um “manual” para se compreender as contradições entre os dois lados da moeda. A tolerância marcou o pensamento de grandes homens naquele tempo, como Pierre Bayle, que oscilou entre o

protestantismo e o catolicismo. Mesmo em tempos em que predominam as trevas a tolerância não esmorece.

Escritas do Tempo: Trabalhos como os de Carolina Rocha (*O Sabá do Sertão*) e de Luís Rafael Araújo Corrêa (*Feitiço Caboclo*) indicam o olhar de uma nova geração de historiadores interessados em aprofundar os estudos sobre a religiosidade colonial a partir de uma série de estudos de caso. Ao mesmo tempo, ao redigir um novo prefácio para a edição corrigida e revisada de *O Diabo e a Terra de Santa Cruz* (2009), você destacou o avanço dos estudos voltados às práticas de feitiçaria, como no campo das relações de gênero. Assim, perguntamos sobre como você tem avaliado as mais recentes discussões referentes a esse campo e quais as possibilidades de pesquisa que podem ser exploradas a partir dos estudos sobre a feitiçaria no Brasil.

Laura de Mello e Souza: Não me mantenho atualizada nesse campo. Compro livros quando viajo e tenho uma boa biblioteca de feitiçaria, mas faço-o mais com o espírito de colecionadora do que de estudiosa. Guardo em arquivos digitais tudo o que vejo na internet ou que me enviam, e muitos jovens estudiosos do assunto continuam me enviando, o que me toca muito porque afinal meus estudos já são quase anciãos... Mas perdi o interesse que tinha pelos casos miúdos e recortados. A micro-história me interessa sobretudo quando alça voo rumo a questões universais, como em *Dar a alma*, de Adriano Prospero, que parte do infanticídio cometido por uma pobre moça sem marido e atinge a máxima altura possível: o problema da origem da vida. É um dos mais extraordinários livros de História que já li.

No que diz respeito ao Brasil, as possibilidades oferecidas pelo estudo da religiosidade popular são quase infinitas. Prefiro colocar assim, em termos mais amplos e que impliquem em inter-relações variadas, do que sob o rótulo de feitiçaria. Mesmo porque o governo que assola o país desde janeiro de 2019 insiste em considerar feitiçaria e superstição tudo quanto não se adegue ao que considera como religião, e que, na verdade, é tudo menos religião. Os trabalhos de Luís Nicolau Parés, da UFBA, revelam aspectos originais e instigantes da religiosidade afro-brasileira, na intersecção da melhor antropologia histórica e, mais recentemente, da história propriamente dita: refiro-me a *A formação do candomblé* (2006), que me causou grande impacto, e a *O rei, o pai, a morte* (2016), que ainda não li por inteiro. Eu tenho revisitado as bolsas de mandinga para entender coisas diferentes do que persegui há mais de trinta anos: a circulação de objetos, os nexos do tráfico atlântico e as redes de sociabilidade entre africanos na

diáspora, sem, contudo, deixar de lado a natureza das crenças em jogo, e que são múltiplas.

Escritas do Tempo: Gostaríamos que falasse não apenas dos principais historiadores, ou estudiosos de outros campos de conhecimento, que influenciaram na sua formação como historiadora, mas, também, quais leituras tem chamado a sua atenção atualmente?

Laura de Mello e Souza: Eu tive o privilégio de ser aluna de Fernando Novais numa pequena turma de seminário do curso de História da USP, além de acompanhar seus cursos magistrais. Durante todo o ano de 1972, quando eu era ainda muito jovem, aprendi com ele a ler e analisar autores que me marcariam, como Vitorino Magalhães Godinho, Paul Hazard, Michel Foucault. Poderia me alongar, mas esses três exemplos são eloquentes do espírito aberto e heterodoxo de Novais: um historiador português profundamente marcado pelo marxismo e obrigado a viver fora de Portugal; um historiador francês que dedicou a vida ao estudo da literatura e praticamente criou a disciplina da literatura comparada e um filósofo francês que é um dos ícones da crise dos paradigmas que caracterizou a segunda metade do século XX. O seminário de Fernando Novais me ensinou que o historiador não explica, mas reflete e tenta compreender. Que o mestre não constrói “capelas”, mas cria as possibilidades para que os alunos encontrem seus caminhos. Ali estudei ao lado de pessoas que me marcariam ao longo da vida, também, como grandes amigos e interlocutores: Leila Mezan Algranti, historiadora do Brasil colonial e modernista como eu, e Hilário Franco Júnior, medievalista voltado para o mundo ibérico e francês. Foi ali naquela pequena célula, sob a inspiração desse grande mestre e de um grupo muito instigante de colegas, que me tornei historiadora.

Minha dissertação de Mestrado foi muito marcada por Novais e por Caio Prado Jr., dois historiadores marxistas, mas também por um velho historiador regional, Diogo de Vasconcelos, que admiro a cada vez que leio. No plano internacional, talvez minha maior influência naquele momento tenha sido Bronislaw Geremek, estudioso polonês da marginalidade que se aproximou muito do grupo dos Annales e teve posteriormente carreira política no governo de Lech Wałęsa. E do ponto de vista teórico, li muito Antonio Gramsci, como toda minha geração na USP. Nunca fui marxista, mas sempre estive do lado esquerdo, e é preciso lembrar que vivíamos um dos períodos mais sombrios de nossa história, sob a ditadura militar dos anos 1970.

Durante o doutorado aproximei-me de outros autores que se tornaram referências permanentes: Sérgio Buarque de Holanda, eterno autor de cabeceira em todos os seus livros; os franceses Marc Bloch (com *Os reis taumaturgos*) e Jacques Le Goff (com os ensaios extraordinários de *Pour un autre Moyen-Age* e de *L'Imaginaire Médiéval*, mas sobretudo com *La Naissance du Purgatoire*), expressões magnas da primeira e da segunda geração dos Annales, e o italiano Carlo Ginzburg, talvez uma das principais influências que recebi na vida. Nos anos 1990 descobri Serge Gruzinski, de quem li praticamente tudo, mas destaco dois livros dele que me marcaram muito, nos últimos anos: *As Quatro Partes do Mundo* (que só li mais recentemente) e o genial *La Machine à remonter le temps*, publicado em 2017. Dentre minhas últimas leituras de História ressalto dois livros bonitos e engenhosos aparecidos na França em 2019, *Pascoa et ses deux maris*, de Charlotte de Castelnau l'Estoile, e *Le détail du monde*, de Romain Bertrand. Dentre os brasileiros, um livro fascinante do jovem geógrafo Diogo de Carvalho Cabral, *Na presença da floresta – Mata Atlântica e História Colonial*, de 2014.

Nos anos 1990 li muita antropologia clássica: Evans Pritchard, Raymond Firth, Clifford Geertz. Se minha historiografia é muito francesa e italiana, minha antropologia é preferencialmente anglo-saxônica... Sou historiadora também por causa da literatura, permanente fonte de inspiração: *Guerra e Paz*, de Leon Tolstói, *Salammbô*, de Gustave Flaubert, *Memórias de Adriano*, de Marguerite Yourcenar, e todo o Alexandre Dumas, paixão da adolescência. O Brasil não tem bom romance histórico, mas tem uma poesia maravilhosa e momentos de grande ficção. Devo dizer que nos últimos tempos os momentos de maior entusiasmo que tive se devem à leitura de *Angústia*, de Graciliano Ramos (que eu nunca lera) e de *Fogo Morto*, de José Lins do Rego, que lera na adolescência e havia esquecido em parte. Este último é de uma atualidade estarrecedora. Infelizmente.

Escritas do Tempo: Ao ocupar a cátedra de História do Brasil Lettres Sorbonne Université desde 2014, como você tem notado a situação do ensino e da pesquisa no Brasil nesses últimos anos? O que os franceses conhecem da nossa produção historiográfica e como a veem?

Laura de Mello e Souza: Começo pelo fim: os franceses conhecem pouca coisa. A historiografia francesa modernista é mais voltada para outras regiões, e sobretudo para a França. Uma grande e digna exceção foi Frédéric Mauro, e na geração dos anos 1940 o

impacto do Brasil foi muito importante sobre homens como Lucien Febvre (que prefaciou *Casa Grande & Senzala*) e Fernand Braudel. Os brasilianistas franceses que estudam história contemporânea conhecem bastante e são muito bons. Entre os alunos o interesse é considerável, sobretudo no que diz respeito à escravidão: a França vem se tornando um país mestiço. Mas o limite oferecido pelo desconhecimento do português é grande... não podemos comparar com a língua universal e imperialista que é o espanhol, e o México e o Peru são muito mais estudados do que o Brasil.

A produção média é muito boa no Brasil de hoje, mas temo pelo futuro, com os cortes de financiamento e a perseguição às universidades. A História se tornou uma disciplina perigosa para o governo atual, e não há boas perspectivas. Minha geração foi privilegiada por uma política generosa, e as vindouras podem ser sacrificadas pelos motivos contrários: obscurantismo e mesquinha.

Escritas do Tempo: Seguindo o diálogo com o historiador Ronaldo Vainfas e sabendo do seu diálogo e amizade, sugerimos ao mesmo que fizesse uma pergunta a você:

Ronaldo Vainfas: Conheço pessoalmente Laura desde 1984. Como autora, desde 1983, quando li, extasiado, os *Desclassificados*. É amiga fraterna há décadas, dediquei a Laura o meu livro *Antônio Vieira: jesuíta do rei*, quando nossa amizade alcançou 25 anos, bodas de prata. Amizade à parte, considero Laura a principal historiadora brasileira das últimas décadas no âmbito da pesquisa histórica profissional. Foi a mentora de uma verdadeira inflexão na historiografia brasileira, quando publicou *O Diabo e a Terra de Santa Cruz*. A pergunta que me pedem, acho que já fiz para a Laura em outra ocasião: o que a motivou a deixar meio de lado temas de religiosidade, feitiçaria, possessões e pactos diabólicos, entre súcubos e íncubos, para se concentrar em práticas administrativas, governadores e reis? Laura faz bem em todos os temas, mas ela deu uma guinada da história social, com *Desclassificados do Ouro*, às mentalidades, com *O Diabo*, e daí à história política, com *O sol e a sombra*. Gostaria que ela comentasse o percurso da historiadora sociológica para a historiadora feiticeira e, last, para a historiadora dos “donos do poder”. Pergunta sincera, não é provocação, embora pareça. Com amor.

Laura de Mello e Souza: Respondendo à questão colocada por Ronaldo:

Mudei de assunto porque fui encontrando documentos interessantes sobre outros temas, ou me vendo em situações desafiadoras. Não foi, portanto, apego ou interesse particular pelas elites, pois continuo solidária com o lado pobre e oprimido, mas apreço pelo

desafio. Em geral gosto de ler autores com os quais não concordo... A documentação administrativa sobre a qual caí meio por acaso me levou de volta a questões ligadas aos modos de governar no império português, apenas a floradas em Desclassificados do Ouro, e aí surgiu *O Sol e a Sombra*. Uma visita a Cagliari, capital da Sardenha, me colocou na senda de outras cortes no exílio, e conheci arquivos maravilhosos na busca de documentos sobre esse assunto, como o *Archivio di Stato*, de Turim. Foram documentos coevos muito coloridos que motivaram uma pesquisa sobre o sentimento de natureza em Minas, redigida entre 1989 e 1994 e revisitada nos últimos anos, assunto de um livrinho que deve sair nos próximos meses, *O Jardim das Hespérides*. Gosto de mudar, acho que gosto de aventura, pelo menos no plano intelectual, pois jamais pularia de paraquedas ou escalaria o Himalaia.